

RELATÓRIO ANALÍTICO SEMESTRAL DE ATIVIDADES DA OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – PRIMEIRO SEMESTRE DE 2026

Em cumprimento ao disposto no artigo 4º, inciso XIV, da Resolução nº. 309, de 29 de abril de 2025, do Conselho Nacional do Ministério Público, apresentamos o 1º Relatório Analítico Semestral do ano de 2026.

A Ouvidoria é um canal permanente de comunicação do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG, com os cidadãos, entidades representativas da sociedade civil e órgãos públicos. O contato é pautado pelos princípios da ética e da transparência.

CANAIS DE ATENDIMENTO

A Ouvidoria do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG, recebe, examina e encaminha as manifestações (registros típicos de Ouvidoria, que englobam críticas, elogios, reclamações, representações e sugestões), além dos pedidos por informações oriundos da Lei de Acesso à Informação (Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011).

Quanto ao recebimento de manifestações, a Ouvidoria do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG, conta com os seguintes canais de atendimento:

- **Atendimento telefônico:** em dias úteis, das 8h00min às 18h00min, através dos números 127 (gratuito) e (31) 3330-9504;
- **Presencialmente:** comparecendo à Rua dos Timbiras, nº. 2.928,

5º andar, Bairro Barro Preto, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP: 30.140-062;

- **Formulário eletrônico:** através do site institucional do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG, com acesso também pelo link: <<https://aplicacao.mpmg.mp.br/ouvidoria/service/ouvidoria>>;

- **Serviço Postal:** remetidas ao endereço da Ouvidora do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG, situado à Rua dos Timbiras, 2928, 5º andar, Bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG, CEP: 30140-062;

SISTEMA ELETRÔNICO DE RECEBIMENTO DE MANIFESTAÇÕES

O sistema eletrônico de recebimento de demandas da Ouvidoria permite a gestão eletrônica e o acompanhamento pelo cidadão de toda a tramitação das manifestações. O sistema está em constante aprimoramento, para melhor funcionamento e otimização dos processos de trabalho.

Ademais, o sistema desta Ouvidoria mantém seus critérios de emissão de relatórios atualizados e adequados ao modelo utilizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Destarte, as manifestações são enquadradas nas seguintes classes, conforme redação da Resolução nº. 309, de 29 de abril de 2025, do Conselho Nacional do Ministério Público:

- **Reclamações:** manifestações de insatisfação, investidas ou não de gravidade, com responsabilidade de ação ou omissão atribuída ao Ministério Público, aos(às) membros(as) ou seus serviços auxiliares;
- **Críticas:** manifestações de censura contra ato, procedimento, serviço ou posição adotada pelo Ministério Público, pelos(as) membros(as) ou pelos serviços auxiliares;
- **Representação:** manifestações residuais em relação à reclamação, à

crítica e ao pedido de informação;

- **Sugestões:** proposta de melhoria e aprimoramento dos serviços do Ministério Público, além de propostas de inovação de procedimentos ou serviços prestados;
- **Elogios:** manifestações de satisfação ou reconhecimento da qualidade dos serviços prestados, dos atos ou procedimentos dos executados pelo Ministério Público, pelos(as) membros(as) e pelos seus serviços auxiliares; e
- **Pedidos de Informação:** manifestações que se enquadrem aos dispositivos da Lei de Acesso à Informação.

RECEBIMENTO DE MANIFESTAÇÕES

O total de manifestações recebidas pela Ouvidoria, no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2026, foi de 54.227 (cinquenta e quatro mil duzentas e vinte e sete) manifestações. O detalhamento semestral estatístico está contido nas planilhas na seção a seguir.

Cumpre registrar que houve um acréscimo de 10.307 (dez mil trezentas e sete) manifestações em relação ao primeiro semestre do ano de 2025, que contabilizou 43.920 (quarenta e três mil novecentas e vinte) manifestações, representando um aumento de mais de 23%. E com relação ao segundo semestre do ano de 2025, que contabilizou 48.325 (quarenta e oito mil trezentas e vinte e cinco) manifestações, o acréscimo foi de 5.902 (cinco mil novecentas e duas) manifestações, representando um aumento aproximado de mais de 12%.

A forma de contato mais utilizada pelos manifestantes é a internet (84,6%), que é também o canal mais escolhido pelo cidadão para receber

informações acerca do andamento de suas manifestações (75,6%).

As questões demandadas neste órgão e finalizadas representam 78,9% do total válido recebido no período. As demais ainda estão sendo analisadas pelos órgãos de execução ou aguardando prazo legal de resposta.

O grau de instrução prevalente do cidadão que procura a Ouvidoria foi a Educação Superior Completa (8,9%). Entretanto, a incidência maior, como não se trata de campo obrigatório, foi escolaridade “não informada”, que representou 74,6% das manifestações.

A reclamação foi o objetivo de manifestação mais utilizada (84%). Saliente-se que reclamações são manifestações de insatisfação, investidas ou não de gravidade, com responsabilidade de ação ou omissão atribuída ao Ministério Público, aos(as) membros(as) ou seus serviços auxiliares.

A opção pelo anonimato representou 69,6% do total de manifestações, evidenciando relativa diferença em relação ao segundo semestre de 2025, quando alcançou 74,2%. Quanto ao sigilo, 5,5% dos manifestantes optaram por essa modalidade, enquanto os demais, 24,9%, realizaram suas manifestações sem qualquer restrição de identificação.

Quando as informações apresentadas na manifestação não possuem caráter de verossimilhança ou se mostram insuficientes, estas são classificadas como pendentes ou incompletas. Nesses casos, é solicitada a complementação das informações diretamente pelo sistema, sendo concedido ao manifestante um prazo para a devida regularização. A ausência de informações claras e completas inviabiliza o encaminhamento e/ou a análise da manifestação pelo órgão de execução competente.

Constatou-se, ainda, que, nas manifestações anônimas, é comum

que o manifestante não acompanhe o andamento da demanda, tampouco atenda aos pedidos de complementação ou de providências formuladas. Assim, essas manifestações permanecem no sistema como pendentes ou aguardando resposta, e, na ausência de complementação dentro do prazo estabelecido, são automaticamente encerradas após 30 (trinta) dias.

Nas manifestações identificadas, observa-se que a interação entre o cidadão e o órgão de execução é significativamente mais frequente, ao contrário das manifestações anônimas, que inviabilizam a comunicação direta e ágil com o manifestante. Por essa razão, recomenda-se o incentivo à identificação do manifestante, bem como o preenchimento dos campos destinados ao contato, ressaltando que, em casos de risco de represália ou qualquer ameaça à integridade do manifestante, é assegurada a possibilidade de sigilo das informações pessoais. Acredita-se que, com essa medida, seja possível otimizar a análise e promover um desfecho mais efetivo para a demanda apresentada.

Em atendimento à Lei Federal nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), e em cumprimento ao artigo 14 da Resolução nº. 89, de 28 de agosto de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público, foram recebidos 276 (duzentos e setenta e seis) pedidos de informação, não tendo sido registrada nenhuma negativa durante esse período. Um aumento considerável em relação ao segundo semestre de 2025, quando foram recebidos 192 (cento e noventa e dois) pedidos.

Das 54.227 (cinquenta e quatro mil duzentas e vinte e sete) manifestações recebidas no primeiro semestre de 2026, 7.912 (sete mil novecentas e doze) foram invalidadas. A invalidação ocorre quando as manifestações são sem conteúdo ou genéricas, não permitindo o seu correto entendimento e, conseqüentemente, seu devido andamento, assim como quando são remetidas manifestações idênticas a outras já encaminhadas ao

órgão de execução. O excesso de demandas enviadas ao órgão de execução não terá significância positiva. Isso porque, como já dito, ocorrerá repetição de manifestações com os mesmos conteúdos e resultados.

ESTATÍSTICAS DE RECEBIMENTO DE MANIFESTAÇÕES

Demandas recebidas de 1º de janeiro a 30 de junho de 2026: 54.227 (cinquenta e quatro mil duzentas e vinte e sete) manifestações.

Registre-se que os dados informados a seguir, foram gerados a partir da estatística disponível no sistema da Ouvidoria.

Relatório: Sexo do Manifestante

Intervalo: 1º de janeiro a 30 de junho de 2026.

GRUPO	TOTAL
Feminino	7.653
Masculino	7.657
Não informado	38.837
Outro	80
TOTAL	54.227

Relatório: Manifestações por Tipos de Pessoa:

Intervalo: 1º de janeiro a 30 de junho de 2026.

GRUPO	TOTAL
Anônimo	35.691
Pessoa Física	17.828
Pessoa Jurídica	708
TOTAL	54.227

Relatório: Grau de Instrução do Manifestante

Intervalo: 1º de janeiro a 30 de junho de 2026.

GRUPO	TOTAL
Analfabeto	224
Curso de Curta Duração	113
Doutorado	250
Educação Superior Completa	4.838
Educação Superior Incompleta	2.034
Elementar	17
Ensino Fundamental I Completo	307
Ensino Fundamental I Incompleto	266
Ensino Fundamental II Completo	83
Ensino Fundamental II Incompleto	104
Ensino Médio Completo	2.632
Ensino Médio Incompleto	325
Mestrado	502
Não informado	40.458
Pós-Graduação "Lato Sensu"	2.045
Sequencial	29
TOTAL	54.227

Relatório: Estatístico de Classes

Intervalo: 1º de janeiro a 30 de junho de 2026.

GRUPO	TOTAL
Acessibilidade	26
Administração e Funcionamento do Ministério Público	43
Atuação de Membros e Servidores	312
Concurso Público	2.819
Consultas e dúvidas jurídicas	66

Consumidor	2.853
Controle externo da atividade policial	1.052
Crimes	2.025
Demandas Alheias à Competência do Ministério Público	592
Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	95
Educação	3.133
Eleitoral	349
Execução penal	1.294
Improbidade administrativa	2.346
Infância e Juventude	2.042
Lei de Acesso à Informação	276
Meio Ambiente	2.986
Outros	12.084
Pessoa Idosa	1.723
Saúde	3.099
Serviços públicos	547
Sindical e questões análogas	512
Trabalhista	505
Violência doméstica e crime contra a mulher	1.191
Apoio comunitário	114
Cível	202
Conflitos agrários	16
Controle de constitucionalidade	221
Crime organizado	19
Crimes cibernéticos	303
Deficientes	477
Demais Ministérios Públicos	186
Direitos Humanos	404
Habitação e Urbanismo	1.684
Juizado Especial Criminal	398

Ordem econômica e tributária	112
Patrimônio Histórico e Cultural	169
Patrimônio Público	10.216
Terceiro setor	53
Tráfico de drogas	242
Tribunal do júri	13
Violação dos direitos (criança, adolescente, idoso e deficiente)	84
TOTAL	*56.883

*As manifestações podem receber mais de uma tipologia de classificação, conforme o caso concreto.

Relatório: Manifestações por Sigilo:

Intervalo: 1º de janeiro a 30 de junho de 2026.

GRUPO	TOTAL
Anônimo	37.738
Com sigilo	2.987
Sem sigilo	13.502
TOTAL	54.227

Relatório: Situação da manifestação

Intervalo: 1º de janeiro a 30 de junho de 2026.

GRUPO	TOTAL
Classificada	116
Complemento reportado	378
Em análise	1
Encaminhada ao Promotor	1.373
Encaminhada para unidade	169
Finalizado	42.792
Inválida	7.912
Providência reportada	1.482

Reaberta	4
TOTAL	54.227

Relatório: Forma de contato

Intervalo: 1º de janeiro a 30 de junho de 2026.

GRUPO	TOTAL
Carta	32
E-mail (órgãos externos)	6.626
Internet	45.894
Ofício	11
Presencial	173
Telefone	1.491
TOTAL	54.227

Relatório: Objetivo da manifestação

Intervalo: 1º de janeiro a 30 de junho de 2026.

GRUPO	TOTAL
Crítica	5
Elogio	25
Pedido de Informação – LAI	276
Reclamação	45.548
Representação	8.354
Sugestão	20
TOTAL	54.227

Relatório: Tipo de finalizações

Intervalo: 1º de janeiro a 30 de junho de 2026.

GRUPO	TOTAL
Conclusiva	1

Em Levantamentos	6.613
Encerrada	23.067
Inquérito Policial	313
Inquérito Policial Militar	5
Instauração de Procedimento	9.381
Invalidada	195
Juntado a Procedimento Existente	2.554
Múltiplas finalizações	214
Órgão Externo	16
Ouvidoria Municipal	156
Preexistência de ação	275
TOTAL	**42.790

**Diferença resultante de manifestações ainda em andamento.

ATIVIDADES REALIZADAS E PARTICIPAÇÃO DA OUVIDORIA EM REUNIÕES E EVENTOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES – 1º SEMESTRE DE 2026

Durante o primeiro semestre de 2026, a Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) consolidou sua atuação institucional por meio de iniciativas destinadas ao aprimoramento do diálogo com a sociedade, à promoção de um atendimento cada vez mais qualificado e ao fortalecimento das relações interinstitucionais. Sob a condução do Ouvidor, Promotor de Justiça Doutor Rolando Carabolante, foram desenvolvidas e acompanhadas ações, reuniões e eventos que ampliaram a integração da Ouvidoria com os públicos interno e externo, reafirmando seu compromisso com a participação social e a defesa dos direitos dos cidadãos.

A seguir, apresentam-se as principais atividades e participações institucionais realizadas no período:

FEVEREIRO

- Participação do Ouvidor em reuniões prévias do projeto MP Itinerante, nos municípios de Itamarati de Minas, Cipotânea e Urucânia;
- Participação no MP Itinerante nas Comarcas de Sabinópolis e Guanhães, contemplando os Municípios de Senhora do Porto e Dolores de Guanhães;
- Participação do Ouvidor em gravação de vídeo institucional a convite do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP).
- Reunião do Ouvidor com o Núcleo de Acompanhamento de Reparações por Desastres (NUCARD), a Superintendência de Tecnologia da Informação e o Governo do Estado do Espírito Santo.

MARÇO

- Reunião do Ouvidor com o Secretário-Geral do MPMG, Doutor Thiago Ferraz de Oliveira;
- Reunião do Ouvidor com o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente (CAOMA);
- Reunião do Ouvidor com a Doutora Gabriela Câmara Campos Bernardes Siqueira, Ouvidora-Geral do Estado de Minas Gerais (OGE);
- Reunião do Ouvidor com a Doutora Luz Maria Romanelli de Castro, presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP);
- Participação na 78ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP), realizada em Campo Grande/MS;
- Participação na solenidade de criação do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Segurança Pública do Ministério Público de Minas Gerais (CAO-SEP);

- Participação em reunião de alinhamento do projeto “Selo de Diversidade LGBTQIAPN+”, promovido pela Coordenadoria de Combate ao Racismo e Todas as Outras Formas de Discriminação (CCRAD);
- Participação na solenidade de posse da Diretoria da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP);
- Participação na ação do Dia do Ouvidor, promovida pela Ouvidoria-Geral do Estado de Minas Gerais (OGE-MG), com realização de palestra ministrada pelo Ouvidor;
- Participação em reuniões prévias do projeto MP Itinerante, nos municípios de Pedra do Indaiá e Itatiaiuçu;
- Participação no lançamento do projeto “Equidade de Gênero: Homens em Perspectiva”;
- Participação no “Mutirão Cidadão – Uma praça de serviços procê: identidade, certidão, vacinas, reclamações”, promovido pelo Governo de Minas Gerais;
- Participação na assinatura do Termo de Cooperação Técnica com a Ouvidoria das Mulheres da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais (OAB/MG);
- Participação do Ouvidor em reunião na Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Florestal/MG;
- Participação no evento “Dia da Ouvidoria – Informação que Move a Gestão”, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), contando com o Ouvidor como mediador do Painel 2 – “2º Diálogo/Debate: Conectividade, Tecnologia e Inteligência Institucional”;
- Participação na solenidade de posse do Ouvidor do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), Doutor Josemar Moreira.

ABRIL

- Participação do Ouvidor em reuniões prévias do projeto MP Itinerante, nos municípios de Barroso e Resende Costa;
- Participação do Ouvidor na cerimônia de descerramento da placa em

homenagem ao Doutor Joaquim Cabral Netto, no Memorial do Ministério Público de Minas Gerais;

- Participação no lançamento do Projeto de Empregabilidade de Brumadinho;
- Participação no evento do projeto MP Itinerante, realizado na comarca de Almenara, contemplando os municípios de Divisópolis, Bandeira e Palmópolis;
- Participação na solenidade de entrega da Medalha da Inconfidência, realizada no município de Ouro Preto/MG;
- Participação em reuniões prévias do projeto MP Itinerante, nos municípios de Taquaraçu de Minas, Franciscópolis e Setubinha;
- Participação do Ouvidor no Encontro Nacional das Ouvidorias das Mulheres, realizado no Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília/DF.

MAIO

- Realização de visita de cortesia do Ouvidor à Doutora Luz Maria Romanelli de Castro, presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP);
- Sediamento da 79ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP);
- Participação em eventos do projeto MP Itinerante, nas comarcas de Bom Despacho, Santo Antônio do Monte e Oliveira, contemplando os municípios de Moema, Pedra do Indaiá e Oliveira;
- Participação no Encontro Regional do Ministério Público, realizado no município de Varginha;
- Reunião do Ouvidor com o Procurador-Geral de Justiça, Doutor Paulo de Tarso Moraes Filho;
- Participação do Ouvidor em evento do projeto MP Itinerante, realizado na comarca de Itajubá, contemplando os municípios de Itatiaiuçu, Delfim Moreira, Piranguçu e Itajubá.

JUNHO

- Participação do Ouvidor em reunião de alinhamento, como Secretário de Comunicação do CNOMP, com o Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP);
- Reunião do Ouvidor com o Procurador-Geral de Justiça, Doutor Paulo de Tarso Moraes Filho, para discussão de pautas relacionadas aos direitos humanos;
- Participação do Ouvidor no evento “Futebol em Jogo: Segurança, Direitos e Governança – O Papel do Ministério Público”;
- Reunião do Ouvidor com a Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES);
- Participação do Ouvidor no evento de assinatura do Termo de Compromisso para implementação de Centros de Referência Especializados de Atendimento à Mulher em Situação de Violência;
- Participação no evento do projeto MP Itinerante e CEJUSC Itinerante, realizado na comarca de Pedra Azul, contemplando os municípios de Divisa Alegre, Águas Vermelhas e Cachoeira de Pajeú;
- Participação no Encontro Regional do Ministério Público de Minas Gerais, realizado no município de Paracatu;
- Participação em reuniões prévias do projeto MP Itinerante, nos municípios de Campina Verde/Honorópolis (distrito), Conquista, Fortaleza de Minas e Carmo do Rio Claro;
- Participação no evento do projeto MP Itinerante e CEJUSC Itinerante, realizado na comarca de Rio Preto, Barroso e Resende Costa, contemplando os municípios de Coronel Xavier Chaves, Barroso e Santa Rita do Jacutinga;
- Participação na abertura do XVI Congresso Estadual do Ministério Público de Minas Gerais, promovido pela Associação Mineira do Ministério Público (AMMP);
- Participação na solenidade de abertura dos trabalhos da Correição

Ordinária do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);

- Participação em evento do projeto MP Itinerante, nas comarcas de Várzea da Palma e Curvelo, contemplando os municípios de Várzea da Palma, Lassance e Felixlândia/São José do Buriti (distrito).

EVENTOS E AÇÕES INSTITUCIONAIS COM A PARTICIPAÇÃO DA OUVIDORIA DAS MULHERES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- Palestra no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), promovida pela Ouvidoria das Mulheres, com abordagem sobre os direitos das mulheres e o enfrentamento à violência de gênero;
- Participação no projeto Rua de Direitos – Mulheres, com a oferta de informações, acolhimento e orientações às mulheres participantes;
- Assinatura do Termo de Cooperação Técnica com a Ouvidoria das Mulheres da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais (OAB/MG);
- Participação no 4º Seminário da Mulher – “Violência contra a Mulher: Números que Alarmam, Consciências que Precisam Despertar”, promovido pelo Ministério Público do Estado do Ceará, com a realização da palestra *“Entendendo a violência contra as mulheres: sinais, impactos e ações”*;
- Participação no evento “Dia do Ouvidor”, promovido pela Ouvidoria-Geral do Estado, com a realização de palestra conjunta com o Ouvidor, compartilhando a experiência e as boas práticas desenvolvidas pela Ouvidoria das Mulheres do MPMG;

- Participação no Encontro Nacional das Ouvidorias das Mulheres, com a apresentação do *Protocolo de Atendimento em Ouvidorias a Meninas e Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar*;
- Realização de palestra para o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), com o tema *“Assédio sexual nas instituições públicas”*;
- Participação em ações do MP Itinerante no Vale do Jequitinhonha, incluindo a distribuição de absorventes higiênicos nos municípios atendidos e a realização de rodas de conversa voltadas à promoção dos direitos das mulheres, à saúde e ao enfrentamento às violências de gênero;
- Realização de palestra na Superintendência de Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, com o tema *“Do assédio à violência: o que é, como acontece e como combater”*;
- Participação na capacitação virtual *“(Re)pensando ações pelo fim da violência de gênero”*, voltada à reflexão e ao fortalecimento de estratégias institucionais de prevenção e enfrentamento à violência de gênero, promovida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, através do *“Pacto Ninguém se Cala”*;
- Participação no Encontro Nacional das Ouvidorias das Mulheres, com o compartilhamento de experiências e iniciativas desenvolvidas pela Ouvidoria das Mulheres do MPMG;
- Realização de reunião institucional com representantes do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das

Vítimas (CAOVD), da Casa Lilian e da Ouvidoria das Mulheres, para discussão de ações de acolhimento, proteção e atendimento às mulheres vítimas de violência.

Para além das reuniões mencionadas, a Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Minas Gerais promove encontros periódicos com sua equipe, especialmente com os Núcleos de Atendimento e Técnico, destinados ao acompanhamento das atividades, à análise das demandas recebidas, ao esclarecimento de dúvidas e à discussão de propostas de aperfeiçoamento dos fluxos e procedimentos internos.

Com o propósito de fortalecer sua atuação como canal de diálogo entre a sociedade e o Ministério Público, a Ouvidoria também investe na organização e na análise das informações coletadas, buscando identificar oportunidades de aprimoramento e contribuir para a melhoria contínua dos serviços oferecidos à população. Nesse contexto, o presente relatório reúne os principais resultados e aspectos da atuação da Ouvidoria do MPMG ao longo do primeiro semestre de 2026.

Rolando Carabolante
Promotor de Justiça
Ouvidor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais